

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em R\$)

ATIVO				PASSIVO			
	Notas	2019	2018		Notas	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	37.393.484	51.817.438	Pessoal a Pagar	12	14.847.067	10.674.968
Clientes	4	61.057.711	33.519.562	Encargos Sociais a Pagar	12	5.224.656	4.096.534
Créditos de Transferências a Receber	4	137.521.785	130.713.208	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	13.a	18.802.244	154.554.393
Adiantamentos Concedidos	5	875.560	1.403.250	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	14	56.475	127.216
Tributos a Recuperar	6	1.781	1.781	Valores Restituíveis	15	12.781.638	11.720.274
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.a	24.664.083	25.282.169	Outras Obrigações a Curto Prazo	16	4.671.357	19.514.705
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	8	5.463.851	5.760.105	Total do Passivo Circulante		<u>56.383.438</u>	<u>200.688.090</u>
Estoques		4.769.724	4.203.943				
Despesas Pagas Antecipadamente	9	37.776	13.588	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Total do Ativo Circulante		<u>271.785.753</u>	<u>252.715.044</u>	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	13.b	129.744.273	224.776
ATIVO NÃO CIRCULANTE				Provisões a Longo Prazo	17	110.296.853	7.752.781
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.b	1.561.225	1.561.225	Total do Passivo não Circulante		<u>240.041.126</u>	<u>7.977.557</u>
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	10	6.277.844	6.277.844	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do Realizável a Longo Prazo		<u>7.839.069</u>	<u>7.839.069</u>	Capital Social	18	2.810.440.131	2.810.440.131
Investimentos		20.881	20.881	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	18	43.933.485	33.582.227
Imobilizado	11	1.968.115.373	2.010.914.484	Resultado Acumulado		<u>(902.630.386)</u>	<u>(780.651.475)</u>
Intangível		406.717	547.052	Total do Patrimônio Líquido		<u>1.951.743.231</u>	<u>2.063.370.883</u>
Total do Ativo Não Circulante		<u>1.976.382.041</u>	<u>2.019.321.486</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
TOTAL DO ATIVO		<u>2.248.167.794</u>	<u>2.272.036.530</u>			<u>2.248.167.794</u>	<u>2.272.036.530</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em R\$)

	Notas	2019	2018 (Reclassificado)
Receita Operacional Bruta	20	194.792.395	181.402.284
Custo dos Serviços Prestados	21	(362.310.412)	(348.374.509)
Prejuízo Bruto		<u>(167.518.017)</u>	<u>(166.972.225)</u>
Despesas Gerais e Administrativas	21	(185.404.346)	(86.212.550)
Resultado Operacional		<u>(352.922.364)</u>	<u>(253.184.775)</u>
Receitas Financeiras	20	34.106	29.637
Despesas Financeiras	21	(1.266.615)	(4.717.162)
Despesas Financeiras Líquidas		<u>(1.232.508)</u>	<u>(4.687.525)</u>
Outras Receitas e Despesas	20/21	<u>(770.609)</u>	<u>4.474.760</u>
Resultado Operacional Antes do Repasse		<u>(354.925.481)</u>	<u>(253.397.540)</u>
Repasse Para Custeio	22	222.662.415	204.159.819
Prejuízo do Exercício	24	<u>(132.263.066)</u>	<u>(49.237.721)</u>
Resultado por Ação		<u>(4,44)</u>	<u>(1,65)</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2019	2018 (Reclassificado)
Prejuízo do Exercício	(132.263.066)	(49.237.721)
Ítems que não Afetam as Atividades Operacionais:		
Depreciação/Amortização	64.446.882	63.849.812
Baixa do Ativo Imobilizado	400	104.254
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	10.351.259	33.581.862
Ajuste de Exercício Anterior	10.284.155	(278.826)
Total	<u>(47.180.370)</u>	<u>48.019.381</u>
VARIAÇÕES EM:		
Clientes	(27.538.149)	(18.454.571)
Créditos de Transferências a Receber	(6.808.577)	(14.347.936)
Adiantamentos Concedidos	527.691	(148.830)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	618.087	(4.662.020)
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	296.254	(871.304)
Estoques	(565.780)	(253.700)
Despesas Pagas Antecipadamente	(24.188)	15.726
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0	4.680
Pessoal a Pagar	4.172.100	1.558.761
Encargos Sociais a Pagar	1.128.122	(492.057)
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	(135.752.149)	3.429.097
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	(70.741)	53.764
Valores Restituíveis	1.061.364	6.591.275
Outras Obrigações a Curto Prazo	(14.843.348)	(10.599.750)
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	129.519.496	0
Provisões a Longo Prazo	102.544.072	1.355.137
Total	<u>54.264.253</u>	<u>(36.821.728)</u>
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>7.083.883</u>	<u>11.197.653</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Imobilizado	(21.507.837)	(24.177.650)
Intangível	0	(361.350)
Total	<u>(21.507.837)</u>	<u>(24.539.000)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Subvenção Recebidas para Investimentos	0	0
Total	<u>0</u>	<u>0</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de Caixa em 1º de Janeiro	51.817.438	65.158.785
Efeito da Variação Cambial sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0
Caixa e Equivalentes de Caixa em 31 de Dezembro	<u>37.393.484</u>	<u>51.817.438</u>
VARIAÇÃO NO CAIXA	<u>(14.423.954)</u>	<u>(13.341.347)</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em R\$)

	Nota	2019	2018
Prejuízo Líquido do Exercício		(132.263.066)	(49.237.721)
Outros Resultados Abrangentes:			
Ajustes no Resultado	23	10.284.155	(278.826)
Total		<u>(121.978.911)</u>	<u>(49.516.547)</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em R\$)

	Capital Social Subscrito	Reservas de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	2.793.742.766	16.697.730	(731.134.928)	2.079.305.568
Capital Integralizado	16.697.365	(16.697.365)		
Prejuízo Líquido do Exercício			(49.237.721)	(49.237.721)
Adiantam. p/ Fut. Aum. Capital		33.581.862		33.581.862
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	(278.826)	(278.826)
SALDO EM 31/12/2018	<u>2.810.440.131</u>	<u>33.582.227</u>	<u>(780.651.475)</u>	<u>2.063.370.883</u>
Prejuízo Líquido do Exercício			(132.263.066)	(132.263.066)
Adiantam. p/ Fut. Aum. Capital		10.351.259		10.351.259
Ajuste de Exercício Anterior			10.284.155	10.284.155
SALDO FINAL EM 31/12/2019	<u>2.810.440.131</u>	<u>43.933.486</u>	<u>(902.630.386)</u>	<u>1.951.743.231</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em R\$)

	2019	2018 (Reclassificado)
Serviços de Transporte	189.537.585	175.923.202
Serviço de Concessão de Espaço Físico	5.254.810	5.474.793
Outras Receitas	1.675.768	4.646.645
Receitas	<u>196.468.163</u>	<u>186.044.640</u>
Custo dos Serviços Prestados	(144.531.828)	(114.995.063)
Despesas Administrativas	(123.755.718)	(42.794.927)
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros	(268.287.546)	(157.789.990)
Valor Adicionado Bruto	<u>(71.819.383)</u>	<u>28.254.650</u>
Depreciação/Amortização	(64.446.882)	(63.849.812)
Valor Adicionado Líquido	<u>(136.266.265)</u>	<u>(35.595.162)</u>
Receita Financeira	34.106	29.637
Repasse Recebido para Custeio	211.784.983	201.709.280
Repasse Diferido a Receber	12.995.502	15.988.756
Valor Adicionado Recebido em Transferência	<u>224.814.591</u>	<u>217.727.673</u>
Valor Adicionado Total A Distribuir	<u>88.548.326</u>	<u>182.132.511</u>
Distribuição do Valor Adicionado		
Remuneração e Encargos	172.977.266	180.399.704
Benefícios	22.414.749	29.539.677
Contribuição Previdência Privada	3.977.109	3.797.631
Honorários da Diretoria	633.092	658.415
Empregados:	<u>200.002.216</u>	<u>214.395.427</u>
Federais	19.980.911	15.378.962
Estaduais	828.266	1.595.843
Impostos e Contribuições:	<u>20.809.176</u>	<u>16.974.805</u>
Prejuízo Líquido do Exercício	(132.263.066)	(49.237.721)
Remuneração do Capital Próprio:	<u>(132.263.066)</u>	<u>(49.237.721)</u>
Total do Valor Adicionado Distribuído	<u>88.548.326</u>	<u>182.132.511</u>
Valor adicionado médio por empregado	<u>73,302</u>	<u>139,994</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

II. IMOBILIZADO

NATUREZA	31/12/2019			31/12/2018		
	Custo	Depreciação Acumulada	Total Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Total Líquido
ADMINISTRATIVO						
Equipamentos, Aparelhos e Utensílios	5.721.114	(2.173.587)	3.547.527	5.105.841	(1.699.153)	3.406.688
Equipamentos para Processamento de Dados	4.959.605	(3.177.744)	1.781.861	4.695.725	(2.492.669)	2.203.056
Equipamento e Utensílio Hidráulicos e Elétricos	1.813.602	(75.567)	1.738.035			
Mobiliário em Geral	3.751.552	(2.293.662)	1.457.890	3.027.180	(2.028.101)	999.079
Outras Imobilizações	527.746	(182.628)	345.118	252.845	(147.058)	105.787
Equipamentos Ativos de Rede para Rede Local	1.809.997	(547.290)	1.262.707	1.809.997	(185.298)	1.624.699
Bens Móveis em Almoarifado	18.583.616	(8.450.478)	10.133.138	14.891.589	(6.552.280)	8.339.309
TOTAL	32.083.416	(8.450.478)	23.632.938	32.034.177	(6.552.280)	25.481.897
OPERACIONAL						
Complexo de Manutenção	512.552.941	(127.191.646)	385.361.295	512.552.941	(116.940.585)	395.612.356
Estações	310.542.962	(84.169.845)	226.373.117	310.542.962	(79.014.832)	231.528.129
Estrutura de Via Permanente	364.957.287	(308.059.014)	56.898.273	364.957.287	(289.811.149)	75.146.137
Túneis e Trincheiras	345.997.133	(49.212.985)	296.784.148	345.997.133	(46.445.008)	299.552.125
Poços e Passarelas de Acesso	43.345.206	(11.837.405)	31.507.801	43.345.206	(11.117.875)	32.227.331
Veículos de Tração Mecânica	908.755	(334.326)	574.429	314.515	(314.515)	0
Pontes e Viadutos	40.457.679	(5.843.213)	34.614.466	40.457.679	(5.519.551)	34.938.128
Sistema de Energia	140.708.174	(44.090.157)	96.618.017	140.708.174	(41.275.994)	99.432.180
Sistema de Sinalização e Controle	135.733.072	(38.580.935)	97.152.137	135.733.072	(35.866.274)	99.866.798
Sistema de Telecomunicações	34.287.336	(12.289.859)	21.997.477	34.287.336	(11.604.112)	22.683.224
Sistema de Bilhetagem	1.870.591	(305.952)	1.564.639	1.870.591	(268.540)	1.602.050
Sistema de Bilhetagem - SCAP	26.963.540	(5.180.889)	21.782.651	26.963.540	(5.180.889)	21.782.651
Sistema de Material Rodante	538.925.258	(217.299.015)	321.626.243	537.949.363	(199.457.049)	338.492.313
Torno Rodeiro	7.307.814	(4.464.140)	2.843.674	7.308.082	(3.733.331)	3.574.751
TOTAL	2.504.557.748	(908.859.381)	1.595.698.367	2.502.987.880	(846.549.706)	1.656.438.174
OBRAS EM ANDAMENTO						
ESTUDOS E PROJETOS	54.542.577		54.542.577	36.267.692		36.267.692
INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS PARA OBRAS	15.166.925		15.166.925	13.977.181		13.977.181
TERRENOS	1.525.344		1.525.344	1.200.317		1.200.317
TOTAL	348.784.068	0	348.784.068	328.994.412	0	328.994.412
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	2.853.425.232	(917.309.859)	1.936.115.373	2.864.016.469	(853.101.986)	2.010.914.484

Para cálculo da depreciação foi considerado o prazo de vida útil e aplicadas as taxas de depreciação já utilizadas para as Empresas Metroviárias. As despesas de depreciação incorridas no Imobilizado são alocadas ao custo dos serviços prestados e às despesas administrativas.

Diante do estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciação, conforme estabelecido na Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R3) – Ativo Imobilizado (a qual considera o CPC 27), a Companhia tem um contrato em andamento de consultoria para reestruturação dos bens do ativo imobilizado, visando o levantamento, o inventário patrimonial, a avaliação dos ativos (bens móveis e imóveis), bem como o tratamento contábil e fiscal a ser adotado em conformidade com o disposto na Lei n.º 6.404/76, a Lei nº 12.973/14 e as normas IFRS, abrangendo as principais atividades:

- Levantamento Contábil;
- Checkagem do Inventário;
- Cotejamento;
- Saneamento;
- Atualização do Sistema de Controle Patrimonial;
- Teste de Recuperabilidade – “Impairment”;
- Apuração do Valor Residual e Determinação da vida útil;
- Detalhamento fotográfico dos ativos analisados e laudo final.

Como resultado das atividades desenvolvidas pela empresa contratada, as principais recomendações foram:

- Que o **METRÔ-DF** realize a contabilização da depreciação de acordo com a vida útil e valor residual dos seus bens, visto que Entidade pode escolher depreciar separadamente os componentes de um item que não tenham custo significativo em relação ao custo total do item, haja vista que a depreciação não é calculada dessa forma atualmente.
- Que o **METRÔ-DF** avalie a relevância dos ativos e seus componentes para a implementação da depreciação por componentes relevantes e aplique as definições do CPC 27.
- Que o **METRÔ-DF** realize com base no CPC 01 a avaliação em relação à recuperabilidade de seus bens reconhecidos no ativo à medida que o valor recuperável destes bens for superior que o valor contábil dos bens.
- Adicionalmente, foi recomendado que o **METRÔ-DF** efetue a capitalização de gastos com manutenção, quando for o caso, conforme previsto nos itens 13 e 14 do CPC 27.

Diante deste cenário, iniciará no exercício de 2020, a 2.ª FASE do projeto que é o processo de implantação das alterações identificadas e requeridas. Desta maneira, o **METRÔ-DF** iniciará os ajustes necessários para a reestruturação do ativo imobilizado.

a) Teste por redução ao valor recuperável

Em 2019 a Companhia realizou o teste de redução ao valor recuperável considerando os montantes apurados de forma conjunta, como uma única UGC e não por ativo individual, considerando que a Companhia controla o negócio como um todo, na qual não há *business plan* por linha de operação, bem como não há o controle CAPEX por linha de operação e a análise de geração de caixa versus investimento segregado. Adicionalmente, considerando que Companhia toma decisões sobre a continuidade dos ativos e operações da Entidade de forma unificada.

O teste de recuperabilidade dos ativos da UGC foi realizado mediante a comparação entre o valor contábil dos ativos da UGC com o valor justo líquido de venda na data de preparação das demonstrações financeiras. Isto se deu ao fato de que não há razão para acreditar que o valor em uso de um ativo exceda materialmente seu valor justo líquido de despesas de venda, devido ao fato da Companhia não ter como objetivo principal de negócios a otimização dos lucros, mas sim foco na política de transporte público. Assim sendo, o valor justo líquido de despesas de venda do ativo pode ser considerado como seu valor recuperável.

Na realização do teste de *impairment* não foi identificado a perda por irreuperabilidade devido ao fato do valor justo líquido das despesas com vendas da UGC ser superior ao valor contábil dos ativos que compõe a UGC. Portanto, não foi reconhecida nenhuma provisão para perda com *impairment*.

b) Considerações

Considerando que o **METRÔ-DF** trata-se de uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) conforme apresentado anteriormente.

Considerando que o item 6 do CPC 00 determina que o valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

Considerando que o item 74 determina que para o propósito de verificar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa, qualquer referência a “um ativo”, constante no CPC 01 deve ser lida como “uma unidade geradora de caixa”.

Considerando que o item 21 do CPC 01 prevê que se não há razão para acreditar que o valor em uso de um ativo exceda materialmente seu valor justo líquido de despesas de venda, o valor justo líquido de despesas de venda do ativo pode ser considerado como seu valor recuperável.

Considerando que o teste de *impairment* desta UGC não apresentou valor contábil superior ao valor justo apurado.

Por fim, considerando que o item 6 do CPC 00 determina que a perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Entendemos que não deverá ser reconhecido nenhum ajuste perda por desvalorização da UGC **METRÔ-DF**, pois o valor justo é superior ao valor contábil conforme supracitado.

12. PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR

	2019	2018
Pessoal a Pagar		
Salários e Remuneração	4.105.677	161.634
Férias a Pagar	10.741.390	10.513.334
	14.847.067	10.674.968
Encargos Sociais a Pagar		
INSS	2.415.580	1.419.258
FGTS	2.441.396	2.357.552
SESI	204.264	179.186
SENAI	163.416	140.538
	5.244.656	4.096.534

13. FORNECEDORES

	2019	2018
13 a) Fornecedores – Curto Prazo		
Fornecedores de Materiais	623.747	1.959.539
Fornecedores de Serviços	17.138.138	38.069.366
Fornecedores Fonte Tesouro	0	112.388.781
Empreiteiros	1.040.360	2.136.707
	18.802.245	154.554.393
13 b) Fornecedores – Longo Prazo		
Fornecedores e Prest. de Bens e Serviços LP	129.744.273	224.776

Transferência de saldo de fornecedores classificado no passivo circulante para passivo não circulante no montante de R\$ 129.519.497. São fornecedores pendentes de liquidação e inclusos no critério de vencimentos para o passivo não circulante. Transferência em observância ao art. 180 da lei 6404/76.

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2019	2018
COFINS	42.150	49.439
PIS/PASEP	9.149	10.729
ICMS a Recolher	5.176	67.048
	56.475	127.216

15. VALORES RESTITUIVEIS

	2019	2018 (Reclassificado)
Consignações	7.632.700	5.622.655
Depósitos não Judiciais	72.727	1.657.980
Depósitos a Efetuar por Determinação Judicial		2.400
Depósitos para Interposição de Recursos a Restituir ao Tesouro	5.076.211	4.437.239
TOTAL	12.781.638	11.720.274

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO-PRAZO

	2019	2018 (Reclassificado)
Recursos Especiais a Liberar	2.118.070	19.514.621
Repasse a maior a Devolver	2.550.181	0
Credores por Restituição	0	84
Devolução de RP e valores compensados	3.106	0
	4.671.357	19.514.705

17. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

O **METRÔ-DF** é réu em diversos processos judiciais, cíveis e trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados, ex-empregados, sindicado da categoria e fornecedores. Esses processos contêm vários pedidos e autores, como: indenizações, plano de cargos e salários, acordo coletivo, Execução ACT 2015/2017, inaterração 6h jornada de piloto, adicional de gratificação de função, adicional de periculosidade, questionamentos de execução contratual e outros.

Destacamos abaixo o resultado do tratamento da probabilidade de perda (provável e possível), na forma apresentada pela Procuradoria Jurídica da Companhia de acordo com o pronunciamento técnico CPC-25, a saber:

	2019	2018
Cível		
Provável	59.850.658	2.765.705
Trabalhista		
Provável	50.446.195	4.987.076
	110.296.853	7.752.781
Cível		
Possível	172.087.326	158.224.475
Trabalhista		
Possível	16.219.079	10.543.204
	188.306.405	168.767.679

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2019, o Capital Social é constituído por 29.809.505 (vinte e nove milhões, oitocentos e nove mil, quinhentos e cinco) ações ordinárias nominativas integralizadas, todas no valor de R\$ 94,28 (noventa e quatro reais e vinte e oito centavos) cada, perfazendo um montante de R\$ 2.810.440.131,40 (dois bilhões, oitocentos e dez milhões, quatrocentos e quarenta mil, cento e trinta e um reais e quarenta centavos).

A composição acionária da Companhia na mesma data é a seguinte:

Capital Social	Quantidade de Ações Integralizadas	Valor do Capital Social Integralizado	Participação %
Acionistas			
DF	29.807.505	2.810.251.571,40	99,9932910%
CEB	400	37.712	0,0013418%
BRB	400	37.712	0,0013418%
TERRACAP	400	37.712	0,0013418%
TCB	400	37.712	0,0013418%
NOVACAP	200	18.856	0,0006709%
CAESB	200	18.856	0,0006709%
TOTAL	29.809.505	2.810.440.131,40	100,00%

O valor patrimonial da ação em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 94,28 (em 2018 foi de R\$ 69,46).

	2019	2018
Subvenção para Investimento		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	43.933.485	33.582.227
TOTAL	43.933.485	33.582.227

A Administração da Companhia encaminhará à Assembleia dos Acionistas, a proposta de aumento de capital com base no item 68 e 69 do CTG 2000, aprovado pelo CFC nº 1.159/09, os Recursos recebidos do DF a título de repasse para investimento, durante o exercício de 2019, no valor de R\$ 19.595.942, ressaltando-se que conforme apresentado na nota explicativa 23 (ajuste no resultado acumulado), foi recebido indevidamente R\$ 9.244.683,83 como repasse para investimento. Dessa maneira, após reclassificação diretamente no resultado acumulado deprende-se que não será proposto aumento de capital a variação de R\$ 10.351.258 (2018/2019). Por fim, esclarecemos que a proposta de aumento de capital será de R\$ 42.486.898,54 para Secretaria de Estado e Economia do Distrito Federal, seja considerada como futuro aumento do Capital Social, visto que não há possibilidade de sua devolução ficando o saldo de R\$ 1.446.586,61 remanescente para adiantamento posterior.



19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2019	2018 (Reclassificado)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(132.263.066)	(49.237.721)
EXCLUSÃO:		
Lançamentos Incongruentes	(756.576)	(1.446.222)
TOTAL DE EXCLUSÕES	(756.576)	(1.446.222)
INCLUSÃO:		
Provisões não Dedutíveis	105.989.712	0
Multas Indedutíveis	1.497	29.891
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	10.555.987
Lançamentos Incongruentes	2.445.977	1.507.518
TOTAL DE ADIÇÕES	108.437.186	12.093.396
PREJUÍZO FISCAL	(24.582.456)	(38.590.547)

20. RECEITAS

	2019	2018
Serviço de Transporte	189.537.585	175.923.201
Concessão de Espaço Físico	5.254.810	5.479.083
Receita Operacional Bruta	194.792.395	181.402.284
(-) Dedução da Receita Bruta	0	0
Receita Operacional Líquida	194.792.395	181.402.284
Receitas Financeiras:		
Juros	27.142	3.903
Aplicações Financeiras	6.964	25.734
TOTAL	196.502.269	186.074.276

No exercício de 2019, a Receita Bruta teve um aumento de 7,38%, correspondente a R\$ 13.390.111 (em 2018 o aumento foi de 8,18% comparado ao exercício de 2017, correspondente a R\$ 13.712.575).

21. CUSTOS E DESPESAS

	2019	2018 (Reclassificado)
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Operação		
Pessoal	(128.544.280)	(126.291.231)
Encargos Sociais	(26.291.467)	(23.047.129)
Material	(384.404)	(788.066)
Energia de Tração	(50.514.515)	(47.679.307)
Depreciação/Amortização	(62.312.838)	(62.287.682)
Serviços de Terceiros	(93.632.908)	(94.437.608)
Serviços de Manutenção	(51.449.384)	(49.896.152)
Serviço de Terceiros Custo	(1.316.910)	(1.553.456)
Serviço de Terceiros Rateio	(40.866.615)	(42.988.001)
Total do Custo dos Serviços Prestados	(362.310.412)	(354.531.023)
Despesas Gerais e Administrativas		
Pessoal	(41.200.090)	(40.346.590)
Encargos Sociais	(8.628.675)	(7.362.927)
Material	(977.224)	(1.186.370)
Depreciação/Amortização	(2.134.044)	(1.562.130)
Serviços de Terceiros	(15.597.798)	(18.402.952)
Serviços de Terceiros - Despesa	(2.499.524)	(4.669.462)
Serviços de Terceiros - Rateio	(13.098.274)	(13.733.489)
Gastos Gerais	(9.389.023)	(9.419.965)
Depósitos Judiciais - Provisão Contingência	(102.388.781)	(1.355.137)
Baixas de Depósitos Judiciais	(5.088.711)	(419.966)
Total das Despesas Gerais e Administrativas	(185.404.346)	(80.056.036)
Despesas Financeiras	(1.266.615)	(4.717.162)
Outras Despesas		
Perdas Involuntárias	(400)	0
Incorporação de Passivos - INTRA-OSFF	(2.445.977)	(0)
Ajuste para Perdas com Créditos, Diversos a Receber	0	(2.045)
Perdas Involuntárias de Bens Móveis de uso Permanente	0	(104.254)
Movimento de Fundos a Crédito	0	(13.538.217)
Outras Transferências não Financeiras	(2.118.070)	0
Desincorporações de Ativos - Imobilizados - Bens Móveis	0	61.296
Total de Outras Despesas	(4.564.447)	(13.705.812)
TOTAL GERAL	(553.545.820)	(453.010.033)

22. REPASSE FINANCEIRO

Os recursos recebidos estão assim compostos:

	2019	2018 (Reclassificado)
RECEBIDOS:		
Pessoal e Encargos Sociais	196.655.638	176.885.806
Serviços de manutenção dos Trens (energia de tração)	1.421.322	0
Outros Serviços de Terceiros	13.708.023	24.823.474
TOTAL	211.784.983	201.709.280
A RECEBER:		
Repasse Diferido	6.148.213	9.681.568
Recursos p. Restos a Pagar Não Processados	6.847.289	6.186.925
Transferências Inep. de Exerc. Orçamentário	0	120.263
TOTAL	12.995.502	15.988.756
TOTAL	224.790.485	217.698.036
(-) TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS:		
(-) Superávit do Exercício	(2.118.070)	(13.538.217)
TOTAL	222.662.415	204.159.819

23. AJUSTE NO RESULTADO ACUMULADO

A origem do ajuste decorre do reconhecimento sobre itens registrados diretamente no Patrimônio Líquido:

	2019	2018 (Reclassificado)
TOTAL	(10.284.155)	2.386.306

O ajuste de passivo no valor de R\$ 9.244.683,83, valor de maior relevância refere-se a repasse de custeio recebido indevidamente como repasse para investimento, R\$ 3.642.044,36 referente recebimentos de natureza intragovernamental, R\$ 1.696.359,58 baixa provisões de custeio não executável, total R\$ 14.583.088.

O ajuste de ativo valor de natureza intragovernamental R\$ 4.298.932.

24. RESULTADO ACUMULADO

O prejuízo contábil em 2019 no total de R\$ 132.263.066 teve uma variação de 168% sendo que um dos principais fatores para esse aumento foi a reconhecimentos de provisões para contingência em observância ao CPC 25 / IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, conforme apresentado na nota explicativa nº 17 (provisões para contingências), que tratou de processo processos trabalhistas e civis classificados como provável perda. Vale ressaltar que se desconsiderar a estimativa para essas provisões de contingência, o prejuízo contábil seria de aproximadamente R\$ 26.273.354 o que apresentaria redução de cerca de 53% no prejuízo contábil correspondente a uma variação R\$ 22.964.367 em relação ao ano de 2018.

25. COBERTURA DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O METRÔ-DF mantém apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país que são definidas na licitação junto ao fornecedor e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Destacamos abaixo os principais valores existentes em 31 de dezembro de 2019:

Apólice	Vencimento	Valor Cobertura	Executor do Serviço
02-0775-02-0157194	22/11/20	R\$ 102.216	RHOX COMUNICAÇÃO DE DADOS LTDA
02-0775-0461581	09/02/22	R\$ 263.750	THYSSENKRUPP ELEVADORES S.A.
0306920179907750177903000	19/09/20	R\$ 771.097	RDJ ASSESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL EIRELLI
014142018000107750075160	02/07/20	R\$ 987.730	GIL EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA
0306920189907750205605000	14/02/20	R\$ 1.001.592	VIA ENGENHARIA S.A.
024612019000207750020760	01/05/20	R\$ 1.017.337	SODEXO PASS BRASIL
0306920189907750208092000	05/04/20	R\$ 1.034.754	VIA ENGENHARIA S/A

Brasília, 31 de dezembro de 2019.

HANDERSON CABRAL RIBEIRO
Diretor-Presidente
FLÁVIO MURILO G. P. DE OLIVEIRA
Diretor de Operação e Manutenção
DELICIMAR DE OLIVEIRA SILVA
Diretor de Administração
LUIZ CARLOS TANEZINI
Diretor Técnico e Diretor Financeiro (Em exercício)
REJANE EMERICK DE FREITAS
Contadora CRC-DF nº 15.405/O1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2019

AOS

Acionistas, Diretores e demais Administradores da

COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL – METRÔ-DF

CNPJ(MF) 38.070.074/0001-77

Brasília/DF

1) Opinião sem Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL – METRÔ-DF (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL – METRÔ-DF em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao METRÔ-DF, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o METRÔ-DF continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

5) Ênfase

Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos que a entidade efetuou o levantamento e consequente avaliação do seu imobilizado tangível, considerando os saldos em 31/12/2017, teste de *impairment*, conforme laudo emitido por empresa especializada em 4/01/2019, no entanto não houve os ajustes de revisão de vida útil e consequente valor residual destes bens, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado, de que trata a CPC 27. O processo revisão aos registros de imobilizado é parte da segunda fase do trabalho de consultoria, para a implementação ainda no exercício de 2020.

6) Outros Assuntos

6.1 Relatório da Administração

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido, não temos nada a relatar.

6.2 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia do Metrô do Distrito Federal – METRÔ-DF (“Companhia”), cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada como informação suplementar pelo padrão dos IFRS’s, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

6.3 Informações de Natureza Social e Ambiental – Balanço Social

Examinamos também o Balanço Social, contendo informações de natureza social e ambiental, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborado na forma da NBC T 15 aprovada pela Resolução nº 1.003/2004 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, sob a responsabilidade da Administração da Companhia do Metrô do Distrito Federal – METRÔ-DF, (“Companhia”), cuja apresentação é opcional e não requerida pela legislação societária brasileira e portanto considerada como informação suplementar pelo padrão dos IFRS’s, que não requerem a sua apresentação. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de auditoria preconizados na NBC TA 805 aprovada pela Resolução nº 1.237/2009 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

6.4 Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossos auditores, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 25 de fevereiro de 2019.

Brasília-DF, 20 de fevereiro de 2020.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O “S”DF

LUCIANO GONÇALVES DE MEDEIROS PEREIRA

Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”DF Sócio Sênior

PHILLIPE DE AQUINO PEREIRA
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S”DF

THOMAZ DE AQUINO PEREIRA
Contador - CRC/PE 021100/O-8 “S”DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia do Metrô do Distrito Federal, no exercício de suas funções estatutárias, em sua 305ª Reunião Ordinária, realizada *nesta data*, com base nos dados dos Balanços mensais da área de Contabilidade da Empresa, *examinou o Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2019, bem assim as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas correspondentes, todo elaborado de acordo com a Lei Federal nº. 4.320/1964, a Lei nº. 6.404/1976, alterada pela Lei nº. 11.638/2007 e a Lei nº. 13.303/2016, bem assim no Decreto Distrital nº. 37.697/2017 e, ainda, considerando os termos do Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis, emitido pela empresa AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP, sem ressalvas, datado de 04/03/2020, concluiu, de forma unânime, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo de opinião que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.*

Brasília, 10 de março de 2020.

LEONARDO ROSÁRIO DE ALCÂNTARA
LEOCÁDIO RODRIGUES BIJOS JÚNIOR

MARIA DO SOCORRO CRUXEN MARRA
JAIRO LOPES CORDEIRO OLIVEIRA

DECISÃO Nº 008 e 009/2020-CA/METRÔ-DF 308ª REUNIÃO ORDINÁRIA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL, RELATIVO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019. ENCAMINHAMENTO À DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE ACIONISTAS.

O Conselho de Administração da Companhia do Metrô do Distrito Federal, no uso da competência disposta nos incisos I, IX e XXX do art. 24 do Estatuto Social, *intendeu-se do* RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL – 2019, elaborado pelo Grupo de Trabalho Especial (GTE), instituído pela Instrução de Serviço nº 769/2019-METRÔ-DF/PRE/GAB e, considerando os termos da decisão da Diretoria Colegiada, editada na 1277ª Reunião Ordinária, de 12/03/2020, *decidiu recomendar* o seu envio à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de acionistas e da PRESTAÇÃO DE CONTAS DA COMPANHIA RELATIVA AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, composta das Demonstrações Financeiras e as respectivas Notas Explicativas, elaborada de acordo com a Lei Federal nº. 4.320/1964, a Lei nº. 6.404/1976, alterada pela Lei nº. 11.638/2007 e a Lei nº. 13.303/2016, bem assim no Decreto Distrital nº. 37.697/2017, acompanhada dos Relatórios de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis, emitidos pela empresa AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP, sem ressalvas, emitido em 04/03/2020, bem assim do Parecer do Conselho Fiscal, emitido em 10/03/2020, concluindo que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes.

Após considerar que as peças encontram-se em ordem e adequadas, *decide recomendar* o seu encaminhamento à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de acionistas.

Brasília, 13 de março de 2020.

HANDERSON CABRAL RIBEIRO
JANARY ELEUTÉRIO CRUZ DE SOUZA
Membro Titular, Representante dos Empregados
PEDRO DUARTE DE OLIVEIRA

CAMILLE SABINO BEZERRA CORRÊA
MARILANDI FERREIRA DOS SANTOS SANTANA
MURILO MAIA HERZ
JULIO CESAR BARBOSA MELO

